

Manifesto dos/as Docentes do CAP-UERJ
Em defesa da educação pública e democrática no Planejamento de Atendimento
Emergencial

Vivemos um momento de crise sanitária, social e econômica no mundo com a pandemia de COVID-19. Em nosso país, hoje, já são mais de 85 mil mortes, milhares de famílias que sofrem não só com a doença, mas também com os impactos socioeconômicos acarretados por ela. Nós, enquanto comunidade escolar, não estamos apartados desta realidade. Nossos trabalhadores, estudantes e famílias estão sendo afetados e suas condições de sobrevivência devem ser consideradas. Por este motivo, reafirmamos que este é um momento difícil, extremamente complexo, atravessado por inúmeras variáveis e que não deve ser tratado como um momento rico. Criatividade e reinvenção são inerentes à condição humana, no entanto atrelar esses aspectos ao momento pandêmico parece deslocado da realidade e colabora para a naturalização do caos, para a aproximação das lógicas produtivistas e mercadológicas, desconsiderando os aspectos humanitários relacionados à crise.

O CAP, e a própria UERJ, como instituição pública de ensino, precisam estar comprometidas com as ideias de acesso à educação de qualidade para todos, de democratização do conhecimento e de transformação da sociedade para que esta se torne mais justa e igualitária. Por isso, o processo de pensar a universidade e o ensino neste contexto não pode contribuir para o aprofundamento das desigualdades já existentes. Nosso compromisso é com todos, sem deixar de fora deste "barco" aqueles que, historicamente, são os mais vulneráveis e excluídos.

Considerando que o processo de formulação da retomada das atividades na universidade tem ocorrido em determinados espaços, mas com diálogo restrito à comunidade como um todo, os docentes do CAP-UERJ em reunião de categoria docente no dia 24 de julho de 2020, deliberaram de forma unânime pela construção deste manifesto, buscando apontar nossa visão acerca deste processo. A minuta encaminhada no dia 10 de julho para discussão apresenta inúmeros problemas, que serão elencados abaixo.

- **Sentido da escola.** Em primeiro lugar é preciso afirmar que não é possível transpor a escola, tal como nós a concebemos, para o mundo virtual. A educação escolar é composta de uma infinidade de aspectos, que só podem ser encontradas dentro dela. A construção do conhecimento se dá na comunhão entre pares, na troca de ideias, no suspiro da dúvida, no consenso/dissenso cotidiano, na alegria da certeza, que só é possível acontecer quando estamos juntos em torno do processo educacional. Nesse contexto, estão todos os atores escolares e não somente discentes e docentes. Precisamos pensar num momento acadêmico emergencial, que resguarde a escola. Quanto mais tentarmos transferir a escola para o mundo virtual, mais a tornaremos frágil diante das ameaças produtivistas e mercadológicas que tanto descaracteriza a carreira docente e a concepção dialógica da construção de conhecimento entre os atores sociais presentes na instituição.
- **Carga horária de trabalho docente.** Em relação à carreira docente a minuta coloca o acréscimo de 50% nas rubricas de TDG, PGS, PAT e ACD praticados em períodos

anteriores, mas não explica como isso se daria na prática. Nos preocupa as implicações que este acréscimo pode significar para a carreira docente, aumentando nossa carga de trabalho e inviabilizando a execução de outras atribuições inerentes à docência na universidade, como pesquisa e extensão.

- **Professores e professoras substitutos e substitutas.** Da mesma forma, este acréscimo também não pode significar a impossibilidade de contratação de professores e professoras substitutos e substitutas para suprir as horas descobertas. Há ainda a preocupação em relação a situação destes colegas que já atuam conosco e que são de grande importância para a manutenção do trabalho realizado. É necessário garantir a renovação de seus contratos e a convocação daqueles que aguardavam contratação.
- **Bi-docência e trabalho colaborativo.** Na minuta, a bi-docência e o trabalho colaborativo são articulados como divisão de trabalho e não como perspectiva pedagógica, trabalho este já consolidado no CAP-UERJ em função das demandas dos estudantes com deficiência. Propostas interdisciplinares, transdisciplinares ou multidisciplinares demandam planejamento e estudos efetivos e não podem ser tratados como estratégia administrativa apenas. Desta forma, destacamos a importância do trabalho colaborativo enquanto estratégia de aprendizagem e, portanto, entendemos que a utilização de tais termos na minuta configuram como uma tentativa de invisibilização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) referenciado no CAP.
- **Segurança do trabalho.** Entendemos serem fundamentais apontamentos sobre a segurança de um novo modelo de atuação docente, que sequer foi mencionado no documento. A exposição a que seremos submetidos ao colocarmos nosso trabalho no mundo virtual deve pressupor a construção de protocolos para que estejamos salvaguardados de qualquer julgamento descontextualizado do nosso efetivo campo de atuação. É importante atentar para a nossa segurança digital e de acesso, bem como direitos de imagem e de autoria de produção dos/as docentes e dos/as discentes. Como forma de garantir ao máximo a segurança de todos, é imperioso o uso exclusivo da plataforma da Universidade.
- **Garantia da educação pública.** Podemos pensar que como forma de propagar uma ideia de "novo normal" os interesses mercadológicos vêm impondo calendários e lógicas de atuação nas diversas sociedades que foram acometidas pela pandemia de Covid-19. Dessa forma, é preciso que tenhamos uma compreensão de que certas formas de abordagens educativas são vendidas como "neutras" ou solução para o "novo normal". Contudo, elas estão arraigadas de ideologias mercadológicas que precisam ser combatidas à medida que criamos uma ruptura com as ideias de "normal" e "emergencial".
- **Saúde mental e condições de trabalho e estudo.** O ensino remoto, que embora não seja EaD, vem sendo um instrumento de cobranças e exaustão para diversos docentes pelo Brasil. Não podemos naturalizar o avanço da tecnologia como sinônimo de uma boa rede de conexão via internet. A realidade das casas influenciam nas condições de trabalho e estudo de docentes e discentes. Há diversos problemas que causam estresse, ansiedade, desânimo e desgaste físico e emocional aos professores e

professoras, que estão sendo obrigados a operar com a lógica do Ensino Remoto Emergencial, sobretudo, na Educação Básica, bem como às/aos estudantes. É importante humanizar os processos de discussão.

- **Exclusão de estudantes.** A possibilidade de trancamento oferecida a estudantes de graduação que não possam cursar suas disciplinas neste momento de pandemia, além de por si só já ser um mecanismo de exclusão, não dá conta da realidade da educação básica. Os estudantes do CAP não podem trancar apenas uma de suas disciplinas. Na prática, o que se coloca para esses estudantes é perder o ano ou uma reprovação por não ter condições de acompanhamento, seja por questões tecnológicas, psicológicas ou sociais. É preciso que a realidade do CAP seja pensada de forma a não excluir estudantes no processo.
- **Inclusão.** A implementação de contato remoto configura, invariavelmente, a exclusão das pessoas com deficiência de toda a comunidade acadêmica. O universo da deficiência é heterogêneo e cada tipo de deficiência exige condições específicas para o acesso à educação, incluindo-se desde a adaptação de materiais até a presença de profissionais de apoio para mediar, presencialmente, o processo de ensino-aprendizagem. No que se refere a estudantes atendidos pelo AEE no CAP, em sua maioria com deficiências intelectuais, o suporte virtual impossibilita por completo a mediação por um profissional de apoio, tornando inviável o acesso destes alunos. Assim, fica clara a disparidade entre pessoas com e sem deficiência em um contexto educacional mediado por plataformas virtuais. A adesão a ambientes virtuais de aprendizagem representa a violação do acesso à educação em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, assegurado pela Lei Brasileira de Inclusão. Não podemos ignorar a vigência da educação inclusiva no âmbito do ensino básico e as cotas para estudantes com deficiência nas universidades, políticas públicas fundamentais para a inclusão social e conquista histórica de um grupo ainda marginalizado. Violam, também, o direito ao trabalho de docentes com deficiência, ao impor barreiras em suas condições, impossibilitando exercerem suas funções em igualdade com os demais docentes.

O CAP-UERJ, como um instituto da universidade, deve ser tratado com importância e sua realidade deve ser considerada nas proposições que surgem na UERJ para este momento. Neste sentido, algumas questões se colocam: Qual o lugar da autonomia no exercício da docência? Como nós, professores e professoras, que atuamos na Educação Básica, somos enxergados por nossos pares na UERJ? Como reafirmamos o lugar da construção de conhecimentos e de currículos na Educação Básica? Tais questões colocam em xeque a docência e o próprio lugar do Instituto de Aplicação diante de um cenário de pandemia e do Planejamento de Atendimento Emergencial. O silenciamento de tais reflexões na minuta expressa uma visão de CAP-UERJ que não nos representa. Assim, se a minuta deixa em aberto a possibilidade de nós, docentes do CAP-UERJ, construirmos a nossa proposta, este manifesto tem a intenção de apontar reflexões e direções para uma formulação que nos atenda, tanto em termos estruturais e administrativos, como em nosso projeto político-pedagógico de educação em tempos de pandemia.